

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

ATAS DE REUNIÕES

14 DE NOVEMBRO DE 2012

ESTRATÉGIA URBANA PARA A METRÓPOLE CARIOCA
APRESENTAÇÃO DE SÉRGIO MAGALHÃES



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da Reunião de 14 de novembro de 2012

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com as seguintes pautas:

➤ **Estratégia Urbana para a Metrópole Carioca** - apresentação Sérgio Magalhães

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Massimiliano Mollona (Goldsmiths, University of London), Washington Fajardo (IRPH), Marcelo Boavista (SMF), Carlos Dias, Antônio Ramos e Roberta Guimarães (CVL), Mônica Simione (CEPERJ), Lorena Trindade, Diego Paes, Maína Celidônio, Cristiano Maroja Medeiros, Sérgio Guimarães, Camile Bermeguy, Katcha Poloponsky, João Grand Junior, Adriano Alem e Vânia Amorim (IPP).

O presidente Mauro Osório abriu a sessão apresentando o Conselho com breve exposição de seus objetivos, membros e instituições representadas.

Eduarda La Rocque agradeceu ao palestrante Sérgio Magalhães pela disponibilidade em realizar a apresentação e informou que a estrutura do Conselho Estratégico de Informações da Cidade será revista, transformando-o em um órgão para subsidiar o planejamento e sua eventual revisão por parte da Casa Civil, talvez tentar convergir o Conselho da Cidade com o Conselho Estratégico de Informações da Cidade de modo a potencializar ambos. A intenção é aproximar a Academia do planejamento das políticas públicas.

Eduarda mencionou o trabalho elaborado pela *Siemens - Rio de Futuro* - o qual apresenta cenários para o Rio de Janeiro em 2030 e 2040, denominado "Sens of the Future". Talvez esse trabalho, que será apresentado ao Prefeito em breve, possa contribuir para a concepção do planejamento da cidade e uma análise crítica dos cenários construídos nesse trabalho.

Na reunião, pretende-se também apresentar as estratégias para o futuro do IPP. A ideia é fechar a nova marca do IPP na linha da integração das políticas públicas. A união entre IPP e Casa Civil possibilitará a transformação do Instituto em uma referência em termos de planejamento de política pública. O Instituto funcionará como um prestador de serviços para as Secretarias.

Eduarda La Rocque apresentou ao Conselho o novo diretor de Desenvolvimento Econômico Estratégico, Cristiano Maroja.

O presidente Mauro Osório apresentou os convidados Massimiliano Mollona e Mônica Simione, enfatizando serem presenças importantes, porque ambos realizam pesquisas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em seguida, passou a palavra ao palestrante:

➤ **Estratégia Urbana para a Metrópole Carioca** - apresentação Sérgio Magalhães

A cidade do Rio de Janeiro possui grande importância na Região Metropolitana. Portanto, o Prefeito deveria ser o protagonista da construção de uma identidade metropolitana.

Essa apresentação pretende tratar de uma estratégia urbanística para a metrópole carioca, se atendo aos aspectos espaciais.

Há 50 anos, com a mudança da capital do Rio de Janeiro para a Brasília, o Rio se desviou do seu leito histórico de bem aventurança.

Com a recente mudança de século, surgem novas possibilidades de resgate do Rio de Janeiro a partir de sua imagem relacionada ao bem estar e à natureza. O paradigma da sustentabilidade e a conseqüente busca por uma sociedade sustentável pode ser a base para o reencontro do Rio de Janeiro.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Entretanto, para que isso ocorra, seria necessário: 1) promover a consolidação da democracia, com a correspondência na universalização e melhor efetividade dos serviços públicos; 2) reduzir o passivo socioambiental; 3) reverter o modelo expansionista.

Num resgate histórico, Cristóvão Colombo, em seu Diário de Bordo do dia 21 fevereiro de 1493, escreve: “Bem disseram os sagrados teólogos e os sábios filósofos, ao afirmarem que o Paraíso terrestre está nos confins do Oriente (...). De modo que as terras, agora descobertas, são os confins do Oriente.”

Mesmo em condições de extremas dificuldades, a impressão que se passava da Cidade era sempre de bem aventurança.

Em 1555, Villegagnon funda a França Antártica. E, em 1565, Portugal funda a cidade do Rio de Janeiro.

Durante o século XVIII, o principal sistema de cidades brasileiras está situado no litoral. O ciclo do ouro cria no interior do território um outro sistema de cidades. Entretanto, o caminho do ouro é mais vantajoso pela Baía de Guanabara, tendo em vista que as referências ambientais eram estáveis e apresentavam uma sinergia entre arquitetura e geomorfologia. Assim, o principal porto do ouro é elevado à condição de capital da Colônia. Nessa época, a Rio de Janeiro possuía aproximadamente 40.000 habitantes.

No Rio republicano, Pereira Passos empreendeu uma enorme reforma na cidade, com a construção da Avenida Central. A cidade, que em 1904 registrava em torno de 800.000 habitantes, se expande para a “zona sul”. A partir daí, tornou-se público o acesso ao mar na Beira Mar e bairros litorâneos, fato de importância política, social e cultural.

Assim, consolidou-se a ideia de bem aventurança dos 350 anos anteriores, recebendo o Rio a denominação de Cidade Maravilhosa.

Eduarda La Rocque, após a menção a Pereira Passos, perguntou se os conselheiros seriam favoráveis a uma mudança do nome do IPP. Sérgio Magalhães disse ser favorável ao nome atual, visto que a Reforma Pereira Passos foi uma ação republicana importante, positivista. Luiz César também considera que Pereira Passos é uma referência histórica para o Rio de Janeiro. Jailson de Souza e Silva manifestou-se contrário à manutenção do nome, visto o projeto de cidade de Pereira Passos não expressar um viés de município.

Em 1956, Lucio Costa desenha o Plano Piloto de Brasília. E, em 1960, durante o governo Juscelino Kubitschek, ocorre a mudança da sede do governo federal do Rio de Janeiro para Brasília, que passa a ser a capital do país. A cidade perdeu muitas das funções ligadas à administração pública e precisava se adaptar às novas condições e criar maneiras de captar recursos. Somando-se a isso, havia o incentivo à indústria automobilística, que deixava as vias saturadas pelo aumento do número de veículos em circulação. Nessa época, o Rio apresentava uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes.

Frente a esse quadro, foi publicado, em 1965, o Plano Doxiadis - encomendado pelo governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda - para planejar a grande área metropolitana do Rio de Janeiro em termos de circulação, habitação, trabalho e lazer até o ano 2000. Este Plano ratificava a centralidade do centro histórico e previa o reassentamento da população de favela da zona sul e centro para áreas distantes, como Cidade de Deus, Vila Kennedy e Antares. Entretanto, este Plano não foi aplicado em grande parte.

No fim da década de 1960, Lucio Costa apresentou o Plano Piloto da Barra da Tijuca, inspirado no urbanismo racionalista, tal como Brasília, encomendado pelo governador do então estado da Guanabara, Negrão de Lima. Iniciou-se a expansão metropolitana para essa área. Sobre a Barra da Tijuca, Lúcio Costa afirma: “... o que lhe confere, então, condições para ser já não apenas o futuro Centro Metropolitano (...) mas também, com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara.”

Ao longo do tempo, a geomorfologia e o sistema sobre trilhos estruturaram a cidade. Entre os anos de 1870 e 1960, a densidade populacional do município do Rio de Janeiro aumentou de 10 mil hab/Km² em 1870, para 11,5 mil hab/Km² em 1930, e 15,8 mil hab/km² em 1960.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

A partir da década de 1960, diversos acontecimentos, como a mudança da capital federal para Brasília, fim do sistema de bondes, derrocada dos trens urbanos e ênfase em automóveis e ônibus, provocaram a queda da densidade populacional, registrando-se aproximadamente 11,5 mil hab/Km² no ano de 1974, 10 mil hab/Km² em 1984, e 9,8 mil hab/Km² em 1996. Em 2000, apresentava 8,7 mil hab/Km² e, em 2010, chegou-se a 6,5 mil hab/Km².

Entre os anos de 1974 e 1996, o território do município triplicou, mas diminuiu a densidade demográfica, além da disponibilidade de recursos. Como consequência dessa expansão com baixa densidade demográfica, a infraestrutura ficou mais concentrada nas áreas mais ricas.

Comparando-se o Rio de Janeiro com outras cidades do mundo, observa-se que a expansão da Cidade apresenta uma escala muito maior, ou seja, o Rio é mais desconcentrado em relação às demais. Paris, por exemplo, corresponde ao centro e “zona sul” do Rio. E, diferentemente do nosso, o eficiente sistema de metrô de Paris acompanhou a evolução de sua população. A cidade de Nova York também é bem menor que a do Rio de Janeiro e possui um plano urbano de mais de duzentos anos, além de terem sido adotadas estratégias para prevenir a deterioração das áreas centrais. Em relação a São Paulo e Londres, o Rio de Janeiro também é muito mais desconcentrado.

Na década de 1990, o Rio de Janeiro apresentava uma densidade demográfica 15% maior que São Paulo. Atualmente, considerando-se a metrópole, a densidade é menor.

É importante enfatizar também a dimensão metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, que é considerada por alguns autores, como uma das cidades globais.

Eduarda La Rocque disse ser importante que o planejamento conceda um protagonismo à Região Metropolitana. Sérgio Magalhães ratificou que não dá para ignorar a dimensão metropolitana.

Outra condição indispensável é a redução do passivo socioambiental.

Não é possível reduzir as desigualdades sem o provimento de infraestrutura e serviços públicos de qualidade em toda a cidade. Nas favelas, por exemplo, as habitações melhoraram, mas as condições de vida permanecem ruins. O programa Favela Bairro foi o primeiro a evidenciar essa necessidade, sendo pioneiro nas intervenções urbanísticas que respeitavam a estrutura pré-existente. Com isso, adquiriu-se grande *expertise* para atuação nessas áreas. Entretanto, as favelas continuam não sendo incorporadas à rotina de prestação de serviços públicos da cidade. Não se tem resposta adequada para a presença do governo nesses territórios.

A universalização dos serviços públicos é um ponto fundamental, mas a baixa densidade é contrária a ela.

O entorno da Baía de Guanabara concentra cerca de 80% da população da Região Metropolitana. Entretanto, os principais investimentos estão concentrados na Barra da Tijuca e restante da Zona Oeste, observando-se, assim, um redirecionamento dos vetores urbanos que fogem dos centros e ocasionam uma expansão urbana com perda de densidade. Existe a necessidade premente de retorno da centralidade do Centro. Neste sentido, o projeto Porto Maravilha é fundamental para se contrapor aos vetores hegemônicos que se direcionam para a Barra da Tijuca.

Eduarda La Rocque perguntou se o fato de haver muitas construções sobre o território significa que ele apresenta grande densidade demográfica. O palestrante respondeu que não necessariamente. Por exemplo, o centro possui muitas construções e poucos habitantes. Eduarda La Rocque sugeriu que se faça uma análise dessas disparidades.

É importante frisar o papel da zona norte suburbana no desenvolvimento do Rio de Janeiro. Apesar de as informações estarem defasadas cerca de doze anos, essa região concentrava aproximadamente 40% das indústrias, 35% do comércio, 25% dos serviços, correspondendo a 34% de arrecadação do ICMS e a 42% da população do Município. Mas a zona norte ainda é vital para a Cidade. De certa maneira, a degradação da zona norte significa a degradação da própria Cidade.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

O sistema de transporte é estruturado em função da zona norte. A Supervia é fundamental para o Rio de Janeiro, entretanto, o sistema está sucateado.

Seria importante um investimento no sentido de transformar o trem em metrô. Os recursos destinados aos trens continuam sendo ínfimos. Gastou-se aproximadamente 2,2 bilhões de reais em onze anos, o que corresponde a aproximadamente 200 milhões por ano. Enquanto isso, a linha 4 do metrô para a Barra da Tijuca está custando aos cofres públicos cerca de 5 bilhões. Já São Paulo investiu 24 bilhões em seu sistema sobre trilhos.

É essencial privilegiar o transporte público de alto rendimento e multimodais. Entre as estações de trem e de metrô do Maracanã, apesar de muito próximas, não existe conexão. Mesmo estando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro localizada no seu entorno.

Nas cidades brasileiras os investimentos do poder público são quatorze vezes maiores em transporte individual do que em transporte coletivo. O dispêndio energético em transporte individual é 8,32 vezes maior do que em transporte coletivo. Enquanto isso, apenas 22% da população utiliza o automóvel como meio de transporte, contra 70% que usa o transporte coletivo.

O mais indicado seria, portanto, redesenhar cidades mais compactas e densas. E, no caso do Rio de Janeiro, com foco na Baía de Guanabara, articulando bairros e municípios.

É importante lembrar que aumentar a densidade não significa produzir edifícios mais altos. A multiplicidade arquitetônica é uma riqueza do Rio de Janeiro.

Uma das minhas maiores preocupações é a construção do arco metropolitano, pois ele irá provocar um deslocamento de população e uma expansão periférica acelerada, piorando as condições socioeconômicas dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Praticamente se formará uma outra cidade com a atratividade do arco. Essa situação só seria evitada caso o arco fosse um modelo urbanístico estanque, que apenas fizesse articulação onde interessasse ao poder público.

O planejamento deve ir ao encontro de uma cidade inclusiva, onde haja interação social, ou seja, as pessoas se encontrem. É necessário contrapor a realidade contemporânea ao modernismo exclusivista.

Mauro Osório disse que os projetos para a área central e portuária estão se concentrando em atrair empreendimentos empresariais. Acrescentou que poderá existir uma concorrência predatória entre o centro histórico e esse que se pretende construir. Perguntou se não seria desejável um percentual maior de habitação popular na área central e como o Porto Maravilha está trabalhando essa questão. O palestrante respondeu que a melhor cidade é aquela que trabalha com a multiplicidade arquitetônica e de usos. As cidades monofuncionais são espaços mortos e a qualidade do ambiente urbano depende disso. Acrescentou que deseja que o projeto Porto Maravilha seja bem sucedido, pois pode ser um estímulo ao desenvolvimento do Rio de Janeiro nesse momento de investimentos como parte do legado olímpico e de uma grande chance de multiplicar a moradia no centro.

Vale lembrar que existia uma lei que vigorou desde a década de 1970 até 1998, que proibia novas ocupações residenciais no centro.

Com relação ao Porto Maravilha, não acho coerente a construção de prédios de 50 andares, pois eles devem ter escala adequada à sua localização, além de anunciar uma grande riqueza que pode não se concretizar. Edifícios de tecnologia mais singela seriam mais adequados e poderiam proporcionar uma ocupação com mais velocidade.

Entretanto, sem dúvida, é importante que essa área apresente um padrão de qualidade urbanística superior ao resto da cidade.

Debate

Eduarda La Rocque sugeriu convidar Jorge Arraes para as reuniões do Conselho.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

O conselheiro Jean Caris informou que existem programas, nas áreas central e portuária, que buscam promover uma mistura de usos comercial e residencial, com habitação popular e o estabelecimento de novas alternativas de ocupação.

Paula Serrano ressaltou ser importante refletir de forma mais consistente sobre o formato institucional para lidar com a questão metropolitana. Propôs uma discussão sobre o modelo de gestão/governança possível, com a cidade capitaneando esse debate. Mauro Osório e Eduarda La Rocque disseram que esse poderia ser o tema de uma das próximas reuniões.

O conselheiro Jailson de Souza saudou a tentativa de se fazer proposições com vistas à cidade que se deseja. É importante pensar em um projeto no qual as pessoas se encontrem. Acrescentou que essa reflexão deveria acontecer antes de se fazer o Planejamento Estratégico. Caso houvesse uma preocupação inclusiva, a Cidade da Música não teria sido construída na Barra da Tijuca, mas talvez, próxima à Ilha do Fundão, onde existe acesso para diversos locais da cidade, por exemplo. **Criticou a atual política municipal, que tem como premissa que é melhor ter uma casa digna distante do centro a ter uma casa ruim próxima ao centro.**

Jailson de Souza disse, ainda, que o grande desafio atual é como dialogar sobre a questão da mobilidade, entendida sobre diversas dimensões: simbólica, social, econômica e cultural. É preciso romper a visão fragmentária da cidade e pensar em estratégias, levando em consideração demandas fundamentais: i) Como seria possível deter a expansão urbana para a Barra da Tijuca? Como seria possível recuperar a zona norte?

O palestrante Sérgio Magalhães frisou que se deve lançar um olhar estrutural sobre a cidade e a questão da mobilidade urbana é vital, incluindo a recuperação do transporte sobre trilhos. Sobre a questão institucional, o mesmo disse que existe uma tendência de consórcio sobre alguns temas, sendo necessário que a cidade seja entendida na sua totalidade, incluindo a Região Metropolitana.

O conselheiro Luiz Martins destacou três pontos: 1) Não é possível, a partir do paradigma do desenvolvimento sustentável, ter um modelo econômico baseado no automóvel; 2) O Estado deve direcionar seus investimentos para onde o capital não tem interesse em atuar; 3) O modelo de cidade competitiva está ultrapassado. A cidade deve ser boa para o cidadão. Para isso, é fundamental investir em inovações nos serviços públicos, mobilizando a Academia nesse sentido.

O conselheiro Jorge Guilherme ressaltou que o poder público deveria propor linhas de negociação para romper com a lógica do capital imobiliário na Barra e a primazia da indústria automobilística e das máfias de transporte urbano. Outro ponto fundamental que deve ser tratado é a despoluição da Baía da Guanabara.

Eduarda La Rocque disse que a Cidade já tem a dimensão do quão fundamental é a despoluição da Baía de Guanabara.

Lembrou, ainda, que, na zona norte não existem amenidades como, por exemplo, árvores nas ruas, reduzindo a qualidade de vida de seus moradores.

Mauro Osório ratificou que a despoluição da Baía de Guanabara retoma a questão metropolitana e, segundo ressaltou Eduarda La Rocque, o grande desafio da questão metropolitana é a governança.

Sérgio Magalhães lembrou que a mudança da capital para Brasília foi um marco importante para a cidade e os cariocas lidaram de forma displicente com essa transferência. Depois que esta se consolidou, o aporte de recursos diminuiu muito e, desde então, o Rio ficou sem um projeto. As ideias que existem hoje foram pensadas para os anos 1960, e não se refez uma compreensão espacial da cidade.

Mauro Osório disse que, aproveitando que Sérgio Magalhães trouxe para discussão a questão do Plano Diretor, seria importante refletir sobre como se institucionaliza o planejamento, pois percebe existir uma preocupação maior com o planejamento estratégico do que com o plano de cidade.

Jean Caris lembrou que o planejamento deve estar integrado inclusive com o Plano Plurianual.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Mauro Osório informou que o Plano Plurianual deveria ser um planejamento de longo prazo. Ressaltou que, no Rio de Janeiro, o poder público trabalha pouco junto com a Academia e que seria interessante haver formas institucionais de planejamento. De acordo com Osório, é importante a Prefeitura verificar se existe a necessidade de realização de concursos públicos para a institucionalização do planejamento, como também a criação de uma Secretaria de Planejamento.

Jean Caris disse que houve um processo de aprendizado para a elaboração do planejamento estratégico. Ouvia-se muito pouco a sociedade, tendo sido realizadas uma ou duas reuniões com o Conselho da Cidade. Nesse momento de construção de um novo Plano, está se buscando maior participação e institucionalização do planejamento. No ano que vem, será preparado um Plano Plurianual para a gestão 2014-2017, que refletirá todo o planejamento. Da primeira vez, isso não foi possível, pois o primeiro PPA foi elaborado em agosto de 2009, sem ainda ter se definido o planejamento. É fundamental a criação de uma carreira dentro da prefeitura e fortalecer e institucionalizar todo esse conceito de planejamento. Para isso, é preciso realizar um trabalho junto à Câmara dos Vereadores para transformar em lei o que está sendo feito. Além disso, é preciso disseminar essa cultura para dentro e fora da máquina. O Conselho será muito importante para isso.

Mauro Osório disse ser necessário questionar a composição desse Conselho da Cidade que, em sua grande maioria, é formado por moradores da zona sul e Barra da Tijuca.

Jailson de Souza enfatizou que não se pode pensar o papel do Conselho na lógica do planejamento. A gestão planeja. O papel do Conselho é discutir uma concepção política de cidade. A partir dessas referências, os gestores elaboram um planejamento de forma integrada. O que acontece na maioria das vezes é que o planejamento antecede a política ou sublima esta dimensão. Atualmente, a sociedade é marcada pela lógica tecnocrática, devido ao desprezo à política, fazendo com que a agenda fique submetida a outra lógica de interesse. Todavia não basta participação, é preciso criar dispositivos para garanti-la.

A conselheira Maria Alice posicionou-se contrária à mudança do nome do Instituto, pois as marcas carregam uma certa densidade. Essa instituição tem uma grande trajetória pública, ligada a políticas de Estado. E esse nome sinaliza isso. Mas, se porventura a decisão for mudar, sugeriu Instituto do Rio, não fazendo menção a nenhum outro prefeito.

Eduarda La Rocque informou que a intenção é ser Instituto Rio de Política Pública.

Maria Alice disse que, na sua experiência como membro do Conselho da Cidade, observou que a pauta já é dada *a priori* e o tempo para expor ideias é pequeno. Por isso, atualmente considera a participação limitada, um registro retórico, pois não altera o que está dado. Acrescentou que seria importante inserir o planejamento na discussão que passa pela Câmara dos Vereadores. É necessário refletir sobre uma forma de institucionalização disso. Um dos dispositivos que poderia evoluir, por exemplo, são as audiências públicas, forma pela qual a população fica sabendo com antecedência dos temas que serão discutidos pela Câmara dos Vereadores. Caso contrário, alija-se grande parte da população da cidade desse debate, restringindo-o aos especialistas.

Luiz Cesar considera fundamental diferenciar o plano de cidade do plano de governo. O Plano Estratégico é um plano de governo. O plano de cidade deve passar pelo legislativo, em que diferentes visões devem ser confrontadas. A dinâmica do Plano Estratégico é completamente contraditória, pois foi feito para construir consensos entre atores já constituídos. O Plano Diretor deveria ser o lugar para essa multiplicidade de visões. O que se pode fazer aqui é discutir o Plano de Cidade e tentar fazer com que ele de alguma maneira influencie o Plano Estratégico.

Levantou duas questões: 1) A dispersão urbana constrói o urbano e destrói a cidade. Como gerar articulação entre essas duas coisas e não cair em uma situação, como no caso de Hong Kong, que está pagando o preço por uma expansão contida?; 2) Como negociar com o mercado, para criar um fundo de mobilidade urbana que minimize o impacto negativo para o cidadão? E, de que forma, no caso do Rio de Janeiro, se cria uma política que trate desses problemas sem elitizar a cidade?

Sérgio Magalhães expôs que a cidade compacta não é necessariamente uma cidade contida. Deixar a cidade sem direção ou se expandindo em apenas uma direção é que conduz a essas exuberâncias indesejáveis. Os instrumentos de planejamento são úteis se bem conduzidos, mas não se pode desconsiderar a necessidade dos



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

agentes políticos eleitos terem protagonismo. A condição em que o Prefeito está reeleito, e com um plano de execução de trabalhos já definido, não permite vislumbrar grandes inflexões. Ao mesmo tempo, o fato do governador estar em final de mandato permite que haja uma possibilidade de mudança nesse protagonismo político, desde que o prefeito interprete essa possibilidade na dimensão da cidade, não da prefeitura. Essa é a crítica que eu faço aos planos, porque estes são, quando temos, de prefeitura.

Eduarda La Rocque disse que essa discussão foi muito positiva, tendo em vista a fase de revisão de planejamento. Nessa reunião, abriu-se espaço para revisão de posicionamentos. Apesar de haver projetos em andamento, existe a possibilidade de uma devolutiva da sociedade com relação ao Plano Estratégico.

Washington Fajardo elogiou a apresentação e disse que existe uma dicotomia entre os diagnósticos e modelos e a capacidade de operação e gestão para a cidade. Toda a organização da cidade tem origem e se desenvolveu a partir do *urban sprawl*. A Prefeitura tem obtido sucesso em construir, dar parâmetros e normatizar, mas não no agenciamento urbano. Observa-se uma agilidade enorme para resolver grandes problemas relacionados à agenda internacional das Olimpíadas, mas, ao mesmo tempo, uma inoperância para resolver problemas pequenos como, por exemplo, a situação fundiária do centro histórico.

Ressaltou a baixa densidade do centro, mas a cidade não tem mecanismos de adensamento populacional dessa área, apesar de haver demanda premente por espaços corporativos no centro. Expôs que o mundo inteiro já fez a revisão desse modelo expansionista mas, no Brasil, isso ainda é relativamente incipiente.

Segundo Jailson de Souza, ao se discutir sobre território e pessoas, não se pode deixar de lado a questão étnico-racial.

Mauro Osório agradeceu aos conselheiros e aos demais convidados. A seguir, encerrou a reunião. A Secretária Executiva Paula Serrano tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2012.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

EDUARDA LA ROCQUE
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESEDEC